



RICARDO ANTUNES (ORG.)

A DIALÉTICA DO TRABALHO

Escritos de Marx e Engels

expressão
POPULAR

compreensão do papel central que o trabalho tem na construção da sociedade humana, inicialmente visando sua reprodução social e, posteriormente, objetivando a valorização e a acumulação do capital.

O terceiro, “Salário, preço e lucro” (aqui publicado parcialmente), de Marx, é uma explanação de como se dá a criação da mercadoria “força de trabalho” e da teoria do “valor-trabalho”, além de desenhar as formas mais gerais da confrontação entre os trabalhadores e o capital.

O quarto texto, “Crítica ao Programa de Gotha”, também de Marx, é um esboço de como pode se estruturar, a partir de uma nova modalidade de trabalho, uma sociedade capaz de superar o capital, em busca de sua emancipação humana e social.

O quinto texto, “Trabalho produtivo e trabalho improdutivo”, é a publicação extraída do conhecido Capítulo VI (também denominado como “Capítulo Inédito”), de Marx, e se constitui num dos momentos mais geniais da formulação do autor acerca das distintas formas de subordinação do trabalho ao capital.

Por fim, o sexto texto, “Trabalho estranhado e propriedade privada”, é um fragmento especial de Marx, extraído dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, onde, pela primeira vez, de modo sistemático, o autor desenvolve a noção de trabalho alienado.

Estes textos e fragmentos, portanto, oferecem ao leitor elementos fundamentais, imprescindíveis mesmo, para se conhecer a riqueza, a complexidade e a importância do trabalho no árduo processo de emancipação humana e social. É o objetivo desta coletânea.

Ricardo Antunes
Março de 2004

SOBRE O PAPEL DO TRABALHO NA TRANSFORMAÇÃO DO MACACO EM HOMEM*

H-N
O trabalho é a fonte de toda a riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.

Há muitas centenas de milhares de anos, numa época, ainda não estabelecida em definitivo, daquele período do desenvolvimento da Terra que os geólogos denominam terciário, provavelmente em fins desse período, vivia em algum lugar da zona tropical – talvez em um extenso continente hoje desaparecido nas profundezas do oceano Índico – uma raça de macacos antropomorfos extraordinariamente desenvolvida. Darwin nos deu uma descrição aproximada desses nossos antepassados. Eram totalmente cobertos de pelo, tinham barba, orelhas pontiagudas, viviam nas árvores e formavam manadas.

* Escrito por Engels em 1876. Publicado pela primeira vez em 1896 em *Neue Zeit*. Publica-se segundo a edição soviética de 1952, de acordo com o manuscrito, em alemão. Traduzido do espanhol. Editado a partir de www.insrolux.org/textos/

É de supor que, como consequência direta de seu gênero de vida, devido ao qual as mãos, ao trepar, tinham que desempenhar funções distintas das dos pés, esses macacos foram se acostumando a prescindir de suas mãos ao caminhar pelo chão e começaram a adotar cada vez mais uma posição ereta. Foi o passo decisivo para a transição do macaco ao homem.

Todos os macacos antropomorfos que existem hoje podem permanecer em posição ereta e caminhar apoiando-se unicamente sobre seus pés; mas o fazem só em casos de extrema necessidade e, além disso, com enorme lentidão. Caminham habitualmente em posição semiereta, e sua marcha inclui o uso das mãos. A maioria desses macacos apoia os dedos no solo e, encolhendo as pernas, fazem avançar o corpo por entre os seus largos braços, como um paraplégico que caminha com muletas. Em geral, podemos ainda hoje observar entre os macacos todas as formas de transição entre a marcha em quatro patas e a marcha em posição ereta. Mas para nenhum deles a posição ereta vai além de um recurso circunstancial.

E posto que a posição ereta havia de ser para os nossos peludos antepassados primeiro uma norma e logo uma necessidade, daí se depreende que, naquele período, as mãos tinham de executar funções cada vez mais variadas. Mesmo entre os macacos já existe certa divisão de funções entre os pés e as mãos. Como assinalamos acima, enquanto trepavam, as mãos eram utilizadas de maneira diferente que os pés. As mãos servem fundamentalmente para recolher e sustentar os alimentos, como o fazem já alguns mamíferos inferiores com suas patas dianteiras. Certos macacos recorrem às mãos para construir ninhos nas árvores; e alguns, como o chimpanzé, chegam a construir telhados entre os ramos, para defender-se das inclemências do tempo. A mão lhes serve para empunhar um pedaço de pau, com o qual se defendem de seus inimigos, ou para os bombardear com frutos e pedras.

Quando se encontram prisioneiros, realizam com as mãos várias operações que copiam dos homens. Mas aqui precisamente é que se percebe quanto é grande a distância que separa a mão primitiva dos macacos, inclusive os antropóides mais superiores, da mão do homem, aperfeiçoada pelo trabalho durante centenas de milhares de anos. O número e a disposição geral dos ossos e dos músculos são os mesmos no macaco e no homem, mas a mão do selvagem mais primitivo é capaz de executar centenas de operações que não podem ser realizadas pela mão de nenhum macaco. Nenhuma mão simiesca jamais construiu um machado de pedra, por mais tosco que fosse.

Por isso, as funções, para as quais nossos antepassados foram adaptando pouco a pouco suas mãos durante os muitos milhares de anos em que se prolongam o período de transição do macaco ao homem, só puderam ser, a princípio, funções sumamente simples. Os selvagens mais primitivos, inclusive aqueles nos quais se pode presumir o retorno a um estado mais próximo da animalidade, com uma degeneração física simultânea, são muito superiores àqueles seres do período de transição. Antes de a primeira lasca de sílex ter sido transformada em machado pela mão do homem, deve ter sido transcorrido um período de tempo tão longo que, em comparação com ele, o período histórico por nós conhecido torna-se insignificante. Mas já havia sido dado o passo decisivo: a mão era livre e podia agora adquirir cada vez mais destreza e habilidade; e essa maior flexibilidade adquirida transmitia-se por herança e aumentava de geração em geração.

Vemos, pois, que a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a

7
A
M
D
H
T

funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar vida, como por artes de magia, aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini.

Mas a mão não era algo com existência própria e independente. Era unicamente um membro de um organismo íntegro e sumamente complexo. E o que beneficiava a mão beneficiava também todo o corpo servido por ela; e o beneficiava em dois aspectos.

Primeiramente, em virtude da lei que Darwin chamou de correlação do crescimento. Segundo essa lei, certas formas das diferentes partes dos seres orgânicos sempre estão ligadas a determinadas formas de outras partes, que aparentemente não têm nenhuma relação com as primeiras. Assim, todos os animais que possuem glóbulos vermelhos sem núcleo e cujo occipital está articulado com a primeira vértebra por meio de dois côndilos, possuem, sem exceção, glândulas mamárias para a alimentação de suas crias. Assim também, a úngula fendida de alguns mamíferos está ligada de modo geral à presença de um estômago multilocular adaptado à ruminação. As modificações experimentadas por certas formas provocam mudanças na forma de outras partes do organismo, sem que estejamos em condições de explicar tal conexão. Os gatos totalmente brancos e de olhos azuis são sempre ou quase sempre surdos. O aperfeiçoamento gradual da mão do homem e a adaptação concomitante dos pés ao andar em posição ereta exerceram indubitavelmente, em virtude da referida correlação, certa influência sobre outras partes do organismo. Contudo, essa ação se acha ainda tão pouco estudada que aqui não podemos senão assinalá-la em termos gerais.

Muito mais importante é a ação direta – possível de ser demonstrada – exercida pelo desenvolvimento da mão sobre o resto do organismo. Como já dissemos, nossos antepassados simiescos eram animais que viviam em manadas; evidentemente, não é

possível buscar a origem do homem, o mais social dos animais, em antepassados imediatos que não vivessem congregados. Em face de cada novo progresso, o domínio sobre a natureza, que tivera início com o desenvolvimento da mão, com o trabalho, ia ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas. Por outro lado, o desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta, e ao mostrar assim as vantagens dessa atividade conjunta para cada indivíduo, tinha de contribuir forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade. Em resumo, os homens em formação chegaram a um ponto em que tiveram necessidade de dizer algo uns aos outros. A necessidade criou o órgão: a laringe pouco desenvolvida do macaco foi-se transformando, lenta mas firmemente, mediante modulações que produziam por sua vez modulações mais perfeitas, enquanto os órgãos da boca aprendiam pouco a pouco a pronunciar um som articulado após outro.

A comparação com os animais mostra-nos que essa explicação da origem da linguagem a partir do trabalho e pelo trabalho é a única acertada. O pouco que os animais, inclusive os mais desenvolvidos, têm que comunicar uns aos outros pode ser transmitido sem o concurso da palavra articulada. Nenhum animal em estado selvagem sente-se prejudicado por sua incapacidade de falar ou de compreender a linguagem humana. Mas a situação muda por completo quando o animal foi domesticado pelo homem. O contato com o homem desenvolveu no cão e no cavalo um ouvido tão sensível à linguagem articulada que esses animais podem, dentro dos limites de suas representações, chegar a compreender qualquer idioma. Além disso, podem chegar a adquirir sentimentos antes desconhecidos por eles, como o apego ao homem, o sentimento de gratidão etc. Quem conheça bem esses animais dificilmente poderá escapar à convicção de que, em muitos casos,

essa incapacidade de falar é experimentada agora por eles como um defeito. Desgraçadamente, esse defeito não tem remédio, pois os seus órgãos vocais se acham demasiado especializados em determinada direção. Contudo, quando existe um órgão apropriado, essa incapacidade pode ser superada dentro de certos limites. Os órgãos vocais das aves distinguem-se em forma radical dos do homem e, no entanto, as aves são os únicos animais que podem aprender a falar; e o animal de voz mais repulsiva, o papagaio, é o que melhor fala. E não importa que se nos objete dizendo-nos que o papagaio não sabe o que fala. Claro está que por gosto apenas de falar e por sociabilidade o papagaio pode estar horas e horas repetindo todo o seu vocabulário. Mas, dentro do marco de suas representações, pode chegar também a compreender o que diz. Ensinaí a um papagaio dizer palavrões (uma das distrações favoritas dos marinheiros que regressam das zonas quentes) e vereis logo que se o irritardes ele fará uso desses palavrões com a mesma correção de qualquer verdureira de Berlim. E o mesmo ocorre com o pedido de gulodices.

Primeiro o trabalho e, depois dele e com ele, a palavra articulada, foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi se transformando gradualmente em cérebro humano – que, apesar de toda sua semelhança, supera-o consideravelmente em tamanho e em perfeição. E à medida que se desenvolvia o cérebro, desenvolviam-se também seus instrumentos mais imediatos: os órgãos dos sentidos. Da mesma maneira que o desenvolvimento gradual da linguagem está necessariamente acompanhado do correspondente aperfeiçoamento do órgão do ouvido, assim também o desenvolvimento geral do cérebro está ligado ao aperfeiçoamento de todos os órgãos dos sentidos. A vista da águia tem um alcance muito maior que a do homem, mas o olho humano percebe nas coisas muitos mais detalhes que o olho da águia. O cão tem um olfato muito mais fino que o do homem, mas

não pode captar nem a centésima parte dos odores que servem ao homem como sinais para distinguir coisas diversas. E o sentido do tato, que o macaco possui a duras penas na forma mais tosca e primitiva, foi-se desenvolvendo unicamente com o desenvolvimento da própria mão do homem, através do trabalho.

O desenvolvimento do cérebro e dos sentidos a seu serviço, a crescente clareza de consciência, a capacidade de abstração e de discernimento cada vez maiores, reagiram por sua vez sobre o trabalho e a palavra, estimulando mais e mais o seu desenvolvimento. Quando o homem se separa definitivamente do macaco, esse desenvolvimento não cessa de modo algum, mas continua, em grau diverso e em diferentes sentidos entre os diferentes povos e as diferentes épocas, interrompido mesmo às vezes por retrocessos de caráter local ou temporário, mas avançando em seu conjunto a grandes passos, consideravelmente impulsionado e, por sua vez, orientado em um determinado sentido por um novo elemento que surge com o aparecimento do homem acabado: a sociedade.

Foi necessário, seguramente, que transcorressem centenas de milhares de anos – que na história da Terra têm uma importância menor que um segundo na vida de um homem – antes que a sociedade humana surgisse daquelas manadas de macacos que trepavam pelas árvores. Mas, afinal, surgiu. E que voltamos a encontrar como sinal distintivo entre a manada de macacos e a sociedade humana? Outra vez, o trabalho. A manada de macacos contentava-se em devorar os alimentos de uma área que as condições geográficas ou a resistência das manadas vizinhas determinavam. Transportava-se de um lugar para outro e travava lutas com outras manadas para conquistar novas zonas de alimentação; mas era incapaz de extrair dessas zonas mais do que aquilo que a natureza generosamente lhe oferecia, se excetuarmos a ação inconsciente da manada ao adubar o solo com seus excrementos. Quando foram ocupadas todas as zonas capazes de proporcionar

A
K. J. J. J. J.

0
6

alimento, o crescimento da população simiesca tornou-se já impossível; no melhor dos casos, o número de seus animais mantinha-se no mesmo nível. Mas todos os animais são uns grandes dissipadores de alimentos; além disso, com frequência, destroem em germe a nova geração de reservas alimentícias. Diferentemente do caçador, o lobo não respeita a cabra montês que lhe proporcionaria cabritos no ano seguinte; as cabras da Grécia, que devoram os jovens arbustos antes de poder desenvolver-se, deixaram nuas todas as montanhas do país. Essa “exploração rapace” levada a efeito pelos animais desempenha um grande papel na transformação gradual das espécies, ao obrigá-las a se adaptar a alimentos que não são os habituais para elas, com o que muda a composição química de seu sangue e se modifica toda a constituição física do animal; as espécies já plasmadas desaparecem. Não há dúvida de que essa exploração rapace contribuiu em alto grau para a humanização de nossos antepassados, pois ampliou o número de plantas e as partes das plantas utilizadas na alimentação por aquela raça de macacos que superava todas as demais em inteligência e em capacidade de adaptação. Em uma palavra, a alimentação, cada vez mais variada, oferecia ao organismo novas e novas substâncias, com o que foram criadas as condições químicas para a transformação desses macacos em seres humanos. Mas tudo isso não era trabalho no verdadeiro sentido da palavra. O trabalho começa com a elaboração de instrumentos. E que representam os instrumentos mais antigos, a julgar pelos restos que nos chegaram dos homens pré-históricos, pelo gênero de vida dos povos mais antigos registrados pela História, assim como pelo dos selvagens atuais mais primitivos? São instrumentos de caça e de pesca, sendo os primeiros utilizados também como armas. Mas a caça e a pesca pressupõem a passagem da alimentação exclusivamente vegetal à alimentação mista, o que significa um novo passo de suma importância na transformação do macaco em homem. A alimentação carnívora

ofereceu ao organismo, em forma quase acabada, os ingredientes mais essenciais para o seu metabolismo. Desse modo, abreviou o processo da digestão e outros processos da vida vegetativa do organismo (isto é, os processos análogos ao da vida dos vegetais), poupando, assim, tempo, materiais e estímulos para que pudesse se manifestar ativamente a vida propriamente animal. E, quanto mais o homem em formação se afastava do reino vegetal, mais se elevava sobre os animais. Da mesma maneira que o hábito da alimentação mista converteu o gato e o cão selvagens em servidores do homem, assim também o hábito de combinar a carne com a alimentação vegetal contribuiu poderosamente para dar força física e independência ao homem em formação. Mas onde mais se manifestou a influência da dieta de carne foi no cérebro, que recebeu assim em quantidade muito maior do que antes as substâncias necessárias à sua alimentação e desenvolvimento, com o que se foi tornando maior e mais rápido o seu aperfeiçoamento de geração em geração. Devemos reconhecer – e perdoem os senhores vegetarianos – que não foi sem ajuda da alimentação de carne que o homem chegou a ser homem; e o fato de que, em uma ou outra época da história de todos os povos conhecidos, o emprego da carne na alimentação tenha chegado ao canibalismo (ainda no século 10, os antepassados dos berlinenses, os veletabos e os viltses, devoravam os seus progenitores) é uma questão que não tem hoje para nós a menor importância.

O consumo de carne na alimentação significou dois novos avanços de importância decisiva: o uso do fogo e a domesticação dos animais. O primeiro reduziu ainda mais o processo da digestão, já que permitia levar a comida à boca, como se disséssemos, meio digerida; o segundo multiplicou as reservas de carne, pois agora, ao lado da caça, proporcionava uma nova fonte para obtê-la em forma mais regular. A domesticação de animais também proporcionou, com o leite e seus derivados, um novo alimento, que era pelo

menos do mesmo valor que a carne quanto à composição. Assim, esses dois pontos converteram-se diretamente para o homem em novos meios de emancipação. Não podemos deter-nos aqui em examinar minuciosamente suas consequências.

O homem, que havia aprendido a comer tudo o que era comestível, aprendeu também, da mesma maneira, a viver em qualquer clima. Estendeu-se por toda a superfície habitável da Terra, sendo o único animal capaz de fazê-lo por iniciativa própria. Os demais animais que se adaptaram a todos os climas – os animais domésticos e os insetos parasitas – não o conseguiram por si, mas unicamente acompanhando o homem. E a passagem do clima uniformemente cálido da pátria original para zonas mais frias, onde o ano se dividia em verão e inverno, criou novas exigências, ao obrigar o homem a procurar habitação e a cobrir seu corpo para se proteger do frio e da umidade. Surgiram assim novas esferas de trabalho e com elas novas atividades, que afastaram ainda mais o homem dos animais.

Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a se propor e alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades. À caça e à pesca veio juntar-se a agricultura e, mais tarde, a fição e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política e, com eles, o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião. Frente a todas essas criações, que se manifestavam em primeiro lugar como produtos do cérebro e pareciam dominar as sociedades humanas, as produções mais modestas, fruto do trabalho da mão, ficaram relegadas a segundo

6
materialista
plano, tanto mais quanto numa fase muito recuada do desenvolvimento da sociedade (por exemplo, já na família primitiva), a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela. O rápido progresso da civilização foi atribuído exclusivamente à cabeça, ao desenvolvimento e à atividade do cérebro. Os homens acostumaram-se a explicar seus atos pelos seus pensamentos, em lugar de procurar essa explicação em suas necessidades (refletidas, naturalmente, na cabeça do homem, que assim adquire consciência delas). Foi assim que, com o transcurso do tempo, surgiu essa concepção idealista do mundo que dominou o cérebro dos homens, sobretudo a partir do desaparecimento do mundo antigo, e continua ainda a dominá-lo, a tal ponto que mesmo os naturalistas da escola darwiniana mais chegados ao materialismo são ainda incapazes de formar uma ideia clara acerca da origem do homem, pois essa mesma influência idealista lhes impede de ver o papel desempenhado aqui pelo trabalho.

Os animais, como já indicamos de passagem, também modificam com sua atividade a natureza exterior, embora não no mesmo grau que o homem; e essas modificações provocadas por eles no meio ambiente repercutem, como vimos, em seus causadores, modificando-os por sua vez. Nada ocorre na natureza em forma isolada. Cada fenômeno afeta outro, e é por seu turno influenciado por este; e é em geral o esquecimento desse movimento e dessa interação universal o que impede a nossos naturalistas perceber com clareza as coisas mais simples. Já vimos como as cabras impediram o reflorestamento dos bosques na Grécia; em Santa Helena, as cabras e os porcos desembarcados pelos primeiros navegantes chegados à ilha exterminaram quase por completo a vegetação ali existente, com o que prepararam o terreno para que pudessem multiplicar-se as plantas levadas mais tarde por outros navegantes e colonizadores. Mas a influência duradoura dos ani-

Relação
+ N

mais sobre a natureza que os rodeia é inteiramente involuntária e constitui, no que se refere aos animais, um fato accidental. Mas, quanto mais os homens se afastam dos animais, mais sua influência sobre a natureza adquire um caráter de uma ação intencional e planejada, cujo fim é alcançar objetivos projetados de antemão. Os animais destroçam a vegetação do lugar sem se dar conta do que fazem. Os homens, em troca, quando destroem a vegetação o fazem com o fim de utilizar a superfície que fica livre para semear trigo, plantar árvores ou cultivar a videira, conscientes de que a colheita que irão obter superará várias vezes o semeado por eles. O homem traslada de um país para outro plantas úteis e animais domésticos, modificando assim a flora e a fauna de continentes inteiros. Mais ainda: as plantas e os animais, cultivadas aquelas e criados estes em condições artificiais, sofrem tal influência da mão do homem que se tornam irreconhecíveis. Não foram até hoje encontrados os antepassados silvestres de nossos cultivos de cereais. Ainda não foi resolvida a questão de saber qual o animal que deu origem aos nossos cães atuais, tão diferentes uns de outros, ou às atuais raças de cavalos, também tão numerosos. Ademais, compreende-se de logo que não temos a intenção de negar aos animais a faculdade de atuar em forma planejada, de um modo premeditado. Ao contrário, a ação planejada existe em germe onde quer que o protoplasma – a albumina viva – exista e reaja, isto é, realize determinados movimentos, embora sejam os mais simples, em resposta a determinados estímulos do exterior. Essa reação se produz, não digamos já na célula nervosa, mas inclusive quando ainda não há célula de nenhuma espécie. O ato pelo qual as plantas insetívoras se apoderam de sua presa aparece também, até certo ponto, como um ato planejado, embora se realize de um modo totalmente inconsciente. A possibilidade de realizar atos conscientes e premeditados desenvolve-se nos animais em correspondência com o desenvolvimento do sistema nervoso e

Domínio
N

adquire já nos mamíferos um nível bastante elevado. Durante as caçadas organizadas na Inglaterra, pode-se observar sempre a infalibilidade com que a raposa utiliza seu perfeito conhecimento do lugar para se ocultar de seus perseguidores, e como conhece e sabe aproveitar muito bem todas as vantagens do terreno para despistá-los. Entre nossos animais domésticos, que chegaram a um grau mais alto de desenvolvimento graças à sua convivência com o homem, podem ser observados diariamente atos de astúcia, equiparáveis aos das crianças, pois, do mesmo modo que o desenvolvimento do embrião humano no ventre materno é uma réplica abreviada de toda a história do desenvolvimento físico seguido através de milhões de anos pelos nossos antepassados do reino animal, a partir do estado larval, assim também o desenvolvimento espiritual da criança representa uma réplica, ainda mais abreviada, do desenvolvimento intelectual desses mesmos antepassados, pelo menos dos mais próximos. Mas nem um só ato planejado de nenhum animal pôde imprimir na natureza o selo de sua vontade. Só o homem pôde fazê-lo.

Resumindo: só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho.

Embora

Contudo, não nos deixemos dominar pelo entusiasmo em face de nossas vitórias sobre a natureza. Após cada uma dessas vitórias, a natureza adota sua vingança. É verdade que as primeiras consequências dessas vitórias são as previstas por nós, mas em segundo e em terceiro lugar aparecem consequências muito diversas, totalmente imprevistas e que, com frequência, anulam as primeiras. Os homens que, na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia Menor e outras regiões, devastavam os bosques para obter

terra para cultivo sequer podiam imaginar que, eliminando com os bosques os centros de acumulação e reserva de umidade, estavam assentando as bases da atual aridez dessas terras. Os italianos dos Alpes, que destruíram nas encostas meridionais os bosques de pinheiros, conservados com tanto carinho nas encostas setentrionais, não tinham ideia de que com isso destruíam as raízes da indústria de laticínios em sua região; e muito menos podiam prever que, procedendo desse modo, deixavam a maior parte do ano secas as suas fontes de montanha, com o que lhes permitiam, chegado o período das chuvas, despejar com maior fúria suas torrentes sobre a planície. Os que difundiram o cultivo da batata na Europa não sabiam que com esse tubérculo farináceo, difundiam por sua vez a escrofulose (tuberculose linfática). Assim, a cada passo, os fatos recordam que nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada.

Com efeito, aprendemos cada dia a compreender melhor as leis da natureza e a conhecer tanto os efeitos imediatos quanto as consequências remotas de nossa intromissão no curso natural de seu desenvolvimento. Sobretudo depois dos grandes progressos alcançados neste século pelas ciências naturais, estamos em condições de prever e, portanto, de controlar cada vez melhor as remotas consequências naturais de nossos atos na produção, pelo menos dos mais correntes. E quanto mais isso seja uma realidade, mais os homens sentirão e compreenderão sua unidade com a natureza, e mais inconcebível será essa ideia absurda e antinatural da antítese entre o espírito e a matéria, o homem e a natureza, a

alma e o corpo, ideia que começa a se difundir pela Europa sobre a base da decadência da Antiguidade clássica e que adquire seu máximo desenvolvimento no cristianismo.

Mas, se foram necessários milhares de anos para que o homem aprendesse, em certo grau, a prever as remotas consequências naturais no sentido da produção, muito mais lhe custou aprender a calcular as remotas consequências sociais desses mesmos atos. Falamos acima da batata e de seus efeitos quanto à difusão da escrofulose. Mas que importância pode ter a escrofulose comparada com os resultados que teve a redução da alimentação dos trabalhadores a batatas puramente sobre as condições de vida das massas do povo de países inteiros, com a fome que se estendeu em 1847 pela Irlanda em consequência de uma doença provocada por esse tubérculo e que levou à sepultura um milhão de irlandeses que se alimentavam exclusivamente, ou quase exclusivamente de batatas e obrigou a que emigrassem para além-mar outros dois milhões? Quando os árabes aprenderam a destilar o álcool, sequer ocorreu-lhes pensar que haviam criado uma das principais armas com que seria exterminada a população indígena do continente americano, então ainda desconhecido. E quando mais tarde Colombo descobriu a América não sabia que, ao mesmo tempo, dava nova vida à escravidão, há muito tempo desaparecida na Europa, e assentado as bases do tráfico dos negros. Os homens que nos séculos 17 e 18 haviam trabalhado para criar a máquina a vapor não suspeitavam de que estavam criando um instrumento que, mais do que nenhum outro, haveria de subverter as condições sociais em todo o mundo e que, sobretudo na Europa, ao concentrar a riqueza nas mãos de uma minoria e ao privar de toda a propriedade a imensa maioria da população, haveria de proporcionar primeiro o domínio social e político à burguesia e depois provocar a luta de classes entre a burguesia e o proletariado, luta que só pode terminar com a liquidação da burguesia e a abolição de todos os antagonismos

de classe. Mas também aqui, aproveitando uma experiência ampla, e às vezes cruel, confrontando e analisando os materiais proporcionados pela História, vamos aprendendo pouco a pouco a conhecer as consequências sociais indiretas e mais remotas de nossos atos na produção, o que nos permite estender também a essas consequências o nosso domínio e o nosso controle.

Contudo, para levar a termo esse controle é necessário algo mais do que o simples conhecimento. É necessária uma revolução que transforme por completo o modo de produção existente até hoje e, com ele, a ordem social vigente.

*eluto
do
6*

Todos os modos de produção que existiram até o presente só procuravam o efeito útil do trabalho em sua forma mais direta e imediata. Não faziam o menor caso das consequências remotas, que só surgem mais tarde e cujos efeitos se manifestam unicamente graças a um processo de repetição e acumulação gradual. A primitiva propriedade comunal da terra correspondia, por um lado, a um estágio de desenvolvimento dos homens no qual seu horizonte era limitado, em geral, às coisas mais imediatas, e pressupunha, por outro lado, certo excedente de terras livres, que oferecia determinada margem para neutralizar os possíveis resultados adversos dessa economia primitiva. Ao se esgotar o excedente de terras livres, começou a decadência da propriedade comunal. Todas as formas mais elevadas de produção que vieram depois conduziram à divisão da população em classes diferentes e, portanto, no antagonismo entre as classes dominantes e as classes oprimidas. Em consequência, os interesses das classes dominantes converteram-se no elemento propulsor da produção, enquanto esta não se limitava a manter, bem ou mal, a mísera existência dos oprimidos. Isso encontra sua expressão mais acabada no modo de produção capitalista, que prevalece hoje na Europa ocidental. Os capitalistas individuais, que dominam a produção e a troca, só podem se ocupar da utilidade mais imediata de seus atos. Mais

ainda: mesmo essa utilidade – porquanto se trata da utilidade da mercadoria produzida ou trocada – passa inteiramente ao segundo plano, aparecendo como único incentivo o lucro obtido na venda

*→ interesses
homens do
mesmo*

A ciência social da burguesia, a economia política clássica, só se ocupa preferentemente daquelas consequências sociais que constituem o objetivo imediato dos atos realizados pelos homens na produção e na troca. Isso corresponde plenamente ao regime social cuja expressão teórica é essa ciência. Porquanto os capitalistas isolados produzem ou trocam com o único fim de obter lucros imediatos, só podem ser levados em conta, primeiramente, os resultados mais próximos e mais imediatos. Quando um industrial ou um comerciante vende a mercadoria produzida ou comprada por ele e obtém o lucro habitual, dá-se por satisfeito e não lhe interessa de maneira alguma o que possa ocorrer depois com essa mercadoria e seu comprador. O mesmo se verifica com as consequências naturais dessas mesmas ações. Quando, em Cuba, os plantadores espanhóis queimavam os bosques nas encostas das montanhas para obter com a cinza um adubo que só lhes permitia fertilizar uma geração de cafeeiros de alto rendimento pouco lhes importava que as chuvas torrenciais dos trópicos varressem a camada vegetal do solo, privada da proteção das árvores, e não deixassem depois de si senão rochas desnudas! Com o atual modo de produção, e no que se refere tanto às consequências naturais quanto às consequências sociais dos atos realizados pelos homens, o que interessa prioritariamente são apenas os primeiros resultados, os mais palpáveis. E logo até se manifesta estranheza pelo fato de as consequências remotas das ações que perseguiram esses fins serem muito diferentes e, na maioria dos casos, até diametralmen-

imediata

te opostas; de a harmonia entre a oferta e a procura converter-se em seu antípoda, como nos demonstra o curso de cada um desses ciclos industriais de dez anos, e como puderam convencer-se disso os que com o *crack* viveram na Alemanha um pequeno prelúdio; de a propriedade privada baseada no trabalho próprio se converter necessariamente, ao desenvolver-se, na ausência de posse de toda a propriedade pelos trabalhadores, enquanto toda a riqueza se concentra mais e mais nas mãos dos que não trabalham; de [...]

PROCESSO DE TRABALHO E PROCESSO DE VALORIZAÇÃO¹

1. O PROCESSO DE TRABALHO

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela. O último torna-se, desse modo, *'actu'* [de fato], força de trabalho realmente ativa, o que antes era apenas *potentia* [em potencial]. Para representar seu trabalho em mercadorias, ele tem de representá-lo, sobretudo, em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer a necessidades de alguma espécie. É, portanto, um valor de uso particular, um artigo determinado, que o capitalista faz o trabalhador produzir. A produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Por isso, o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação,

¹ Marx, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*, vol. 1, livro primeiro, pp. 149-163. Editora Abril, 1983.

te opostas; de a harmonia entre a oferta e a procura converter-se em seu antípoda, como nos demonstra o curso de cada um desses ciclos industriais de dez anos, e como puderam convencer-se disso os que com o *crack* viveram na Alemanha um pequeno prelúdio; de a propriedade privada baseada no trabalho próprio se converter necessariamente, ao desenvolver-se, na ausência de posse de toda a propriedade pelos trabalhadores, enquanto toda a riqueza se concentra mais e mais nas mãos dos que não trabalham; de [...]

PROCESSO DE TRABALHO E PROCESSO DE VALORIZAÇÃO¹

1. O PROCESSO DE TRABALHO

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela. O último torna-se, desse modo, 'actu' [de fato], força de trabalho realmente ativa, o que antes era apenas *potentia* [em potencial]. Para representar seu trabalho em mercadorias, ele tem de representá-lo, sobretudo, em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer a necessidades de alguma espécie. É, portanto, um valor de uso particular, um artigo determinado, que o capitalista faz o trabalhador produzir. A produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Por isso, o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação,

¹ Marx, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*, vol. 1, livro primeiro, pp. 149-163. Editora Abril, 1983.

media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado [situação] em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado [situação] em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais.

Transformação
+ W

Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios.

A terra (que do ponto de vista econômico inclui também a água), como fonte original de víveres e meios já prontos de subsistência para o homem,² é encontrada sem contribuição dele, como objeto geral do trabalho humano. Todas as coisas, que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho preexistentes por natureza. Assim, o peixe que se pesca ao separá-lo de seu elemento de vida, a água, a madeira que se abate na floresta virgem, o minério que é arrancado de seu filão. Se, ao contrário, o próprio objeto de trabalho já é, por assim dizer, filtrado por meio de trabalho anterior, denominamo-lo matéria-prima. Por exemplo, o minério já arrancado que agora vai ser lavado. Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho apenas é matéria-prima depois de já ter experimentado uma modificação mediada por trabalho.

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre outras coisas, conforme o seu objetivo.³ O objeto do qual o trabalhador

² “Os produtos naturais da terra, existentes em pequenas quantidades e totalmente independentes do homem, parecem ser dados pela Natureza do mesmo modo que se dá a um jovem uma pequena soma para que possa trabalhar e fazer sua fortuna.” (STEUART, James. *Principles of Polit. Econ.* Edit. Dublin, 1770, v. 1. p. 116.)

³ “A razão é tão ardilosa como poderosa. O ardil consiste na atividade mediadora, a qual, ao fazer os objetos atuarem uns sobre os outros e desgastarem-se mutuamente, segundo sua própria natureza, sem se inserir diretamente nesse processo, todavia, realiza apenas seu próprio fim.” (HEGEL. *Enzyklopaedie.* Parte primeira. “Die Logik”. Berlim, 1840. p. 382.)

Elementos prontos

T
objeto
meios

objeto

matéria
prima

meios

razão
hegel

Abelha
arquiteto
favos

se apodera diretamente – abstraindo a coleta de meios prontos de subsistência, frutas, por exemplo, em que somente seus próprios órgãos corporais servem de meios de trabalho – não é objeto de trabalho, mas o meio de trabalho. Assim, mesmo o natural torna-se órgão de sua atividade, um órgão que ele acrescenta a seus próprios órgãos corporais, prolongando sua figura natural, apesar da Bíblia. Do mesmo modo como a terra é sua despesa original, é ela seu arsenal original de meios de trabalho. Fornece-lhe, por exemplo, a pedra que ele lança, com que raspa, prensa, corta etc. A própria terra é um meio de trabalho, mas pressupõe, para servir como meio de trabalho na agricultura, uma série de outros meios de trabalho e um nível de desenvolvimento relativamente alto da força de trabalho.⁴ Tão logo o processo de trabalho esteja em alguma medida desenvolvido de todo necessita ele de meios de trabalho já trabalhados. Nas cavernas humanas mais antigas encontramos instrumentos de pedra e armas de pedra. Ao lado de pedra, madeira, osso e conchas trabalhados, o animal domesticado e, portanto, já modificado por trabalho, desempenha no início da história humana o papel principal como meio de trabalho.⁵ O uso e a criação de meios de trabalho, embora existam em germe em certas espécies de animais, caracterizam o processo de trabalho especificamente humano e Franklin define, por isso, o homem como a *toolmaking animal*, um animal que faz ferramentas. A mesma importância que a estrutura de ossos fósseis tem para o conhecimento da organização de espécies de animais desaparecidas, os restos dos meios de trabalho têm para a apreciação de formações socioeconômicas desaparecidas. Não é o que se faz,

⁴ Ganilh, em seu escrito, de resto miserável, *Théorie de l'Écon. Polit.*, Paris, 1815, confronta acertadamente os fisiocratas com a larga série de processos que constituem o pressuposto da própria agricultura.

⁵ Em *Réflexions sur la Formation et la Distribution des Richesses* (1766) Turgot desenvolve bem a importância do animal domesticado para os inícios da cultura.

mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas.⁶ Os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha. Entre os meios de trabalho mesmos, os meios mecânicos de trabalho, cujo conjunto pode-se chamar de sistema ósseo e muscular da produção, oferecem marcas características muito mais decisivas de uma época social de produção do que aqueles meios de trabalho que apenas servem de recipientes do objeto de trabalho e cujo conjunto pode-se designar, generalizando, de sistema vascular da produção, como, por exemplo, tubos, barris, cestas, cântaros etc. Eles só começam a desempenhar papel significativo na fabricação química.⁷

Além das coisas que mediam a atuação do trabalho sobre seu objeto e, por isso, servem, de um modo ou de outro, de condutor da atividade, o processo de trabalho conta, em sentido lato, entre seus meios com todas as condições objetivas que são exigidas para que o processo se realize. Estas não entram diretamente nele, mas sem elas ele não pode decorrer ao todo ou só deficientemente. O meio universal de trabalho desse tipo é a própria terra, pois ela dá ao trabalhador o *locus stand* [lugar para ficar], e ao processo dele o campo de ação (*field of employment*). Meios de trabalho desse tipo, já mediados pelo trabalho, são por exemplo edifícios de trabalho, canais, estradas etc.

⁶ As próprias mercadorias de luxo são, de todas as mercadorias, as menos significativas para a comparação tecnológica de diversas épocas de produção.

⁷ Nota à 2ª edição. Por pouco que a historiografia até agora conheça o desenvolvimento da produção material, a base, portanto, de toda vida social e por isso de toda verdadeira História, pelo menos dividiu-se o tempo pré-histórico com base em pesquisas das ciências naturais e não das chamadas históricas, em idade da pedra, do bronze e do ferro, segundo o material das ferramentas e das armas.

No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia na forma de mobilidade aparece agora como propriedade imóvel na forma do ser, do lado do produto. Ele fiou e o produto é um fio.

Considerando-se o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção,⁸ e o trabalho mesmo como trabalho produtivo.⁹

Quando um valor de uso sai do processo de trabalho como produto, outros valores de uso, produtos de processos anteriores de trabalho, entram nele como meios de produção. O mesmo valor de uso constitui o produto desse trabalho, e o meio de produção daquele. Produtos são, por isso, não só resultados, mas ao mesmo tempo condições do processo de trabalho.

Exceto as indústrias extrativas, cujo objeto de trabalho é preexistente por natureza, como mineração, caça, pesca etc. (a agricultura só no caso em que se desbravam terras virgens), todos os ramos industriais processam um objeto que é matéria-prima, isto é, um objeto de trabalho já filtrado pelo trabalho, ele mesmo já produto de trabalho. Assim, por exemplo, a semente na agricultura. Animais e plantas, que se costumam considerar produtos

⁸ Parece um paradoxo, por exemplo, considerar o peixe que ainda não foi pescado meio de produção da pesca. Mas até agora não se inventou a arte de pescar em águas onde não haja peixes.

⁹ Essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista.

da natureza, não são apenas produtos talvez do trabalho do ano passado, mas, em suas formas atuais, produtos de uma transformação continuada por muitas gerações, sob controle humano e mediada por trabalho humano. Quanto aos meios de trabalho, particularmente, a grande maioria deles mostra até ao olhar mais superficial os vestígios de trabalho anterior.

A matéria-prima pode constituir a substância principal de um produto ou só entrar em sua formação como matéria auxiliar. A matéria auxiliar é consumida pelo meio de trabalho, como carvão pela máquina a vapor, óleo pela roda, feno pelo cavalo de tiro, ou é acrescentada à matéria-prima para modificá-la materialmente, como cloro ao linho não branqueado, carvão ao ferro, tinta à lã, ou apoia a execução do próprio trabalho, como, por exemplo, as matérias usadas para iluminar e aquecer o local de trabalho. A diferença entre matéria principal e matéria auxiliar se confunde na fabricação propriamente química, porque nenhuma das matérias-primas aplicadas reaparece como substância do produto.¹⁰

Como cada coisa possui muitas propriedades e, por isso, é capaz de diversas aplicações úteis, o mesmo produto pode constituir a matéria-prima de processos de trabalho muito diferentes. Grão, por exemplo, é matéria-prima do moleiro, do fabricante de amido, do destilador, do criador de gado etc. Toma-se matéria-prima de sua própria produção, como semente. Assim, o carvão provém, como produto, da indústria de mineração, e entra nela como meio de produção.

¹⁰ Storch distingue entre a própria matéria-prima, *matière*, e as matérias auxiliares, *materiaux*. (STORCH, Henri. *Cours d'Économie Politique, ou Exposition des Principes qui Déterminent la Prospérité des Nations*. V. 1, São Petersburgo, 1815, p. 228.) Cherbuliez denomina as matérias auxiliares de *matières instrumentales*. (CHERBULIEZ, A. *Richesse ou Pauvreté. Exposition des causes et des Effets de la Distribution Actuelle des Richesses Sociales*. Paris, 1841. p. 14.)

O mesmo produto pode no mesmo processo de trabalho servir de meio de trabalho e de matéria-prima. Na engorda do gado, por exemplo, o gado, a matéria-prima trabalhada, é ao mesmo tempo meio de obtenção de estrume.

Um produto que existe numa forma pronta para o consumo pode tornar-se, de novo, matéria-prima de outro produto, como a uva torna-se matéria-prima do vinho. Ou o trabalho despacha seu produto em formas em que só pode ser usado, de novo, como matéria-prima. Matéria-prima nessa condição se chama produto semielaborado e seria mais bem denominada produto intermediário, como, por exemplo, algodão, linho, fio etc. Embora mesmo já sendo produto, a matéria-prima original pode ter que percorrer todo um escalão de processos diferentes, nos quais funciona sempre de novo, em forma cada vez mais alterada, como matéria-prima, até o último processo de trabalho que a expelle como meio acabado de subsistência ou meio acabado de trabalho.

Vejamos: o fato de um valor de uso aparecer como matéria-prima, meio de trabalho ou produto, depende totalmente de sua função determinada no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, e com a mudança dessa posição variam essas determinações.

Ao entrar em novos processos de trabalho como meios de produção, os produtos perdem, por isso, o caráter de produto. Eles só funcionam agora como fatores objetivos do trabalho vivo. O tecelão trata o fuso apenas como o meio com o qual fia e o linho como objeto que fia. Com efeito não se pode ficar sem material de fiar e sem fuso. A existência desse produto é portanto pressuposta ao começar a fiar. Mas nesse processo mesmo importa tão pouco que o linho e o fuso sejam produtos de trabalho passado, como no ato da alimentação interessa que o pão seja produto dos trabalhos passados do camponês, do moleiro, do padeiro etc. Ao contrário, se os meios de produção fazem valer, no processo de trabalho, seu caráter como produtos de trabalho passado, isso acontece somente

por intermédio de seus defeitos. Uma faca que não corta, o fio que se parte constantemente etc., lembram vivamente o couteleiro A e o tecelão E. No produto bem elaborado, extinguiu-se a aquisição de suas propriedades úteis por intermédio do trabalho passado.

Uma máquina que não serve no processo de trabalho é inútil. Além disso, sucumbe à força destruidora do metabolismo natural. O ferro enferruja, a madeira apodrece. Fio que não é usado para tecer ou fazer malha é algodão estragado. O trabalho vivo deve apoderar-se dessas coisas, despertá-las dentre os mortos, transformá-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos. Lambidas pelo fogo do trabalho, apropriadas por ele como seus corpos, animadas a exercer as funções de sua concepção e vocação, é verdade que serão também consumidas, porém de um modo orientado a um fim, como elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos, aptos a incorporar-se ao consumo individual como meios de subsistência ou a um novo processo de trabalho como meios de produção.

Se, portanto, produtos existentes são não só resultados, mas também condições de existência do processo de trabalho, por outro lado é sua introdução nele, isto é, seu contato com trabalho vivo, o único meio de conservar e realizar esses produtos de trabalho passado como valores de uso.

O trabalho gasta seus elementos materiais, seu objeto e seu meio, os devora e é, portanto, processo de consumo. Esse consumo produtivo distingue-se do consumo individual pelo fato de o último consumir os produtos como meios de subsistência do indivíduo vivo; o primeiro, porém, como meios de subsistência do trabalho, da força de trabalho ativa do indivíduo. O produto de consumo individual é, por isso, o próprio consumidor, o resultado do consumo produtivo um produto distinto do consumidor.

Na medida em que seu meio e objeto mesmos já sejam produtos, o trabalho consome produtos para criar produtos ou gasta

processo de trabalho e produto

produtos como meios de produção de produtos. Como o processo de trabalho se passa originalmente só entre o homem e a terra, que preexistia sem sua colaboração, continuam a servir-lhe ainda tais meios de produção preexistentes por natureza e que não representam nenhuma combinação de matéria natural e trabalho humano.

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. Por isso, não tivemos necessidade de apresentar o trabalhador em sua relação com outros trabalhadores. O homem e seu trabalho, de um lado, a Natureza e suas matérias, do outro, bastavam. Tampouco quanto o sabor do trigo revela quem o plantou, podem-se reconhecer nesse processo as condições em que ele decorre, se sob o brutal açoite do feitor de escravos, ou sob o olhar ansioso do capitalista, se Cincinnatus o realiza ao cultivar suas pouca jugera¹¹, ou o selvagem ao abater uma fera com uma pedra.¹²

Voltemos ao nosso capitalista *in spe* [em aspiração]. Deixamo-lo logo depois de ele ter comprado no mercado todos os fatores necessários a um processo de trabalho, os fatores objetivos ou meios

¹¹ *Stok*, em alemão.

¹² Por essa razão altamente lógica, o Coronel Torrens deve ter descoberto na pedra do selvagem – a origem do capital. “Na primeira pedra que o selvagem atira na besta que persegue, no primeiro pau que apanha para derrubar a fruta que não pode alcançar com as mãos, vemos a apropriação de um artigo para o fim de adquirir outro e descobrimos assim a origem do capital.” (TORRENS, R. *An Essay on the Production of Wealth etc.* pp. 70-71.) Daquele primeiro pau [jeiras] explica-se provavelmente por que, em inglês, *stock* é sinônimo de capital.

de produção e o fator pessoal ou a força de trabalho. Com o olhar sagaz de conhecedor, ele escolheu os meios de produção adequados e as forças de trabalho adequadas para seu negócio particular, fiação, fabricação de botas etc. Nosso capitalista põe-se então a consumir a mercadoria que ele comprou, a força de trabalho, isto é, ele faz o portador da força de trabalho, o trabalhador, consumir os meios de produção mediante seu trabalho. A natureza geral do processo do trabalho não se altera, naturalmente, por executá-lo o trabalhador para o capitalista, em vez de para si mesmo. Mas também o modo específico de fazer botas ou de fiar não pode se alterar de início pela intromissão do capitalista. Ele tem de tomar a força de trabalho, de início, como a encontra no mercado e, portanto, também seu trabalho da maneira como se originou em um período em que ainda não havia capitalistas. A transformação do próprio modo de produção mediante a subordinação do trabalho ao capital só pode ocorrer mais tarde e deve por isso ser considerada somente mais adiante.

* O processo de trabalho, em seu decurso enquanto processo de consumo de força de trabalho pelo capitalista, mostra dois fenômenos peculiares.

① Primeiro: o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija.

② Segundo: o produto, porém, é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor de um dia da força de trabalho. A sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia – pertence-lhe, portanto, durante o dia. Ao comprador da mercadoria pertence a utilização da mer-

cadoria, e o possuidor da força de trabalho dá, de fato, apenas o valor de uso que vendeu ao dar seu trabalho. A partir do momento em que ele entrou na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, sua utilização, o trabalho, pertence ao capitalista. O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto do processo de fermentação em sua adega.¹³

2. O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO

O produto – a propriedade do capitalista – é um valor de uso, fio, botas etc. Mas, embora as botas, por exemplo, constituam de certo modo a base do progresso social e nosso capitalista seja um

¹³ “Os produtos são apropriados antes de se transformarem em capital; essa transformação não os livra daquela apropriação.” (CHERBULIEZ. *Richesse ou Paucreté*. Édit. Paris, 1841. p. 54.) “Ao vender seu trabalho por determinado quantum de meios de subsistência (*approvisionnement*), renuncia o proletário inteiramente a toda participação no produto. A apropriação dos produtos fica a mesma que antes; ela não se altera, de modo algum, pelo convênio mencionado. O produto pertence exclusivamente ao capitalista, que forneceu as matérias-primas e o *approvisionnement*. Essa é uma consequência rigorosa da lei da apropriação, cujo princípio fundamental era inversamente o direito exclusivo de propriedade de cada trabalhador do seu produto.” (*Op. cit.*, p. 58.) MILL, James. *Elements of Pol. Econ. Etc.* pp. 70-71: “Se os trabalhadores trabalham por um salário, é o capitalista proprietário não só do capital” (o que significa, aqui, dos meios de produção) “mas também do trabalho (*of the labour also*). Incluindo-se, como é costume, no conceito de capital o que se paga como salário, é absurdo falar do trabalho separadamente do capital. A palavra capital, nesse sentido, compreende ambos, capital e trabalho.”

decidido progressista, não fabrica as botas por causa delas mesmas. O valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même* [que se ama por si mesma]. Produz-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores do valor de troca. E para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia.

De fato, tratando-se aqui de produção de mercadorias, consideramos, até agora, evidentemente apenas um lado do processo. Como a própria mercadoria é unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção tem de ser unidade de processo de trabalho e processo de formação de valor.

Consideremos o processo de produção agora também como processo de formação de valor.

Sabemos que o valor de toda mercadoria é determinado pelo quantum de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Isso vale também para o produto que nosso capitalista obteve como resultado do processo de trabalho. De início, tem-se portanto de calcular o trabalho materializado nesse produto.

Seja, por exemplo, fio.

Para a fabricação do fio precisa-se, em primeiro lugar, de sua matéria-prima, por exemplo, dez libras de algodão. Não é necessário investigar o valor do algodão, pois o capitalista o comprou no mercado pelo seu valor, por exemplo, dez xelins. No preço do algodão já está representado o trabalho exigido para sua produção,

como trabalho geral social. Suponhamos ainda que a massa de fusos desgastada no processamento do algodão, que representa, para nós, todos os outros meios de trabalho empregados, tenha um valor de dois xelins. Se uma massa de ouro de doze xelins é o produto de vinte e quatro horas ou dois dias de trabalho, segue-se, de início, que no fio estão objetivados dois dias de trabalho.

Não nos deve desconcertar a circunstância de que o algodão mudou sua forma e a massa de fusos consumida desapareceu totalmente. Segundo a lei geral do valor, dez libras de fio, por exemplo, são um equivalente de dez libras de algodão mais 1/4 de fuso, desde que o valor de quarenta libras de fio seja = o valor de quarenta libras de algodão mais o valor de um fuso inteiro, isto é, que o mesmo tempo de trabalho seja exigido para produzir o que está em cada um dos lados dessa equação. Nesse caso, o mesmo tempo de trabalho representa-se uma vez no valor de uso fio, e a outra vez nos valores de uso algodão e fuso. Ao valor é indiferente se aparece em fio, fuso ou algodão. O fato de que fuso e algodão, em vez de ficarem parados, um ao lado do outro, se unem no processo de fiação, que modifica suas formas de uso transformando-se em fio, afeta tão pouco o seu valor quanto se fossem realizados, mediante simples intercâmbio, contra um equivalente de fio.

O tempo de trabalho exigido para a produção do algodão é parte do tempo de trabalho exigido para a produção do fio, ao qual serve de matéria-prima, e por isso está contido no fio. O mesmo vale para o tempo de trabalho exigido para produzir a massa de fusos, sem cuja depreciação ou consumo o algodão não poderia ser fiado.¹⁴

¹⁴ “No valor das mercadorias não influi apenas o trabalho nelas diretamente aplicado, mas também o trabalho aplicado nos instrumentos, ferramentas e edifícios que apoiam o trabalho diretamente despendido.” (RICARDO. *Op. cit.*, p. 16.)

Na medida em que, portanto, o valor do fio, o tempo de trabalho exigido para sua produção, é considerado, os diferentes processos particulares de trabalho separados no tempo e no espaço, que têm de ser percorridos para produzir o próprio algodão e a massa de fusos desgastada e para fazer fio, finalmente, de algodão e fuso, podem ser considerados como diversas fases sucessivas do mesmo processo de trabalho. Todo o trabalho contido no fio é trabalho passado. Que o tempo de trabalho exigido para a produção dos elementos constitutivos do fio tenha passado antes, estando no mais-que-perfeito, enquanto o trabalho empregado diretamente no processo final, a fiação, encontra-se mais perto do presente, no pretérito perfeito, é uma circunstância absolutamente indiferente. Se determinada quantidade de trabalho, trinta dias de trabalho por exemplo, é necessária para construir uma casa, não se altera nada no *quantum* total do tempo de trabalho incorporado à casa pelo fato de que o trigésimo dia de trabalho entrou na produção vinte e nove dias depois do primeiro dia de trabalho. E assim pode se considerar o tempo de trabalho contido no material de trabalho e nos meios de trabalho como se tivesse sido despendido numa fase anterior do processo de fiação, antes do trabalho finalmente acrescentado, sob a forma de fiação.

Os valores dos meios de produção, do algodão e do fuso, expressos no preço de doze xelins, formam, portanto, partes integrantes do valor do fio ou do valor de produto.

Só duas condições têm de ser preenchidas. Primeiro, algodão e fuso devem ter servido realmente à produção de um valor de uso. Devem ter-se tornado, em nosso caso, fio. Que valor de uso o carrega é indiferente ao valor, mas um valor de uso tem de carregá-lo. Segundo, pressupõe-se que somente o tempo de trabalho necessário, sob dadas condições sociais de produção, foi aplicado. Se, portanto, apenas uma libra de algodão fosse necessária para

fiar uma libra de fio, então deve-se consumir apenas uma libra de algodão na fabricação de uma libra de fio. O mesmo vale para fuso. Ainda que o capitalista tivesse a fantasia de empregar fusos de ouro em vez de fusos de ferro, no valor do fio só conta, todavia, o trabalho socialmente necessário, isto é, o tempo de trabalho necessário para a produção de fusos de ferro.

Sabemos agora qual parte do valor do fio forma os meios de produção, algodão e fuso. É igual a doze xelins, ou à materialização de dois dias de trabalho. Trata-se agora daquela parte de valor que o trabalho do próprio tecelão acrescenta ao algodão.

Agora temos de observar esse trabalho sob um aspecto totalmente diverso daquele sob o qual o consideramos durante o processo de trabalho. Lá, tratava-se da atividade orientada ao fim de transformar algodão em fio. Quanto mais adequado o trabalho a esse, tanto melhor o fio, supondo-se inalteradas todas as demais circunstâncias. O trabalho do tecelão era especificamente diferente de outros trabalhos produtivos, e a diversidade manifestava-se subjetiva e objetivamente no fim particular da fiação, em seu modo particular de operar, na natureza particular de seus meios de produção, no valor de uso particular de seu produto. Algodão e fuso servem de meios de subsistência do trabalho de fiar, mas não se pode com eles fazer canhões raiados. Na medida em que o trabalho do tecelão é, pelo contrário, formador de valor, isto é, fonte de valor, não se distingue em nada do trabalho do perfurador de canhões, ou, que está aqui mais próximo, dos trabalhos do plantador de algodão e do produtor de fusos, realizados nos meios de produção do fio. E apenas por causa dessa identidade que plantar algodão, fazer fusos e fiar podem formar partes apenas quantitativamente diferentes do mesmo valor total, do valor do fio. Aqui já não se trata da qualidade, da natureza e do conteúdo do trabalho, mas apenas de sua quantidade. É fácil calculá-la. Pressupomos que o trabalho de fiar é trabalho simples, trabalho

social médio. Ver-se-á depois que o pressuposto contrário não altera nada na coisa.

Durante o processo de trabalho, o trabalho se transpõe continuamente da forma de agitação para a de ser, da forma de movimento para a de objetividade. Ao fim de uma hora, o movimento de fiar está representado em determinado *quantum* de fio, portanto determinado *quantum* de trabalho, uma hora de trabalho, está objetivado no algodão. Dizemos hora de trabalho, isto é, o dispêndio da força vital do tecelão durante uma hora, pois o trabalho de fiar apenas vale aqui enquanto dispêndio de força de trabalho e não enquanto trabalho específico de fiação.

Agora é de importância decisiva que durante o processo, isto é, durante a transformação do algodão em fio, somente o tempo de trabalho socialmente necessário seja consumido. Se sob condições sociais de produção normais, isto é, médias, A libras de algodão têm de ser transformadas, durante uma hora de trabalho, em B libras de fio, então somente vale como jornada de trabalho de doze horas aquela jornada de trabalho que transforma $12 \times A$ libras de algodão em $12 \times B$ libras de fio. Pois apenas o tempo de trabalho socialmente necessário conta como formando valor.

Como o próprio trabalho, assim a matéria-prima e o produto aparecem aqui sob uma luz totalmente diferente da projetada pelo ponto de vista do processo de trabalho propriamente dito. A matéria-prima funcionou aqui apenas como algo que absorve determinado *quantum* de trabalho. Por meio dessa absorção transforma-se, de fato, em fio, porque a força de trabalho foi despendida e lhe foi acrescentada sob a forma de fiação. Mas o produto, o fio, é agora apenas uma escala graduada que mede o trabalho absorvido pelo algodão. Se em uma hora, $1, \frac{2}{3}$ libra de algodão é fiada ou transformada em $1, \frac{2}{3}$ libra de fio, então dez libras de fio indicam seis horas de trabalho absorvidas. Quantidades de produto determinadas, verificadas pela experiência,

representam agora nada mais que determinadas quantidades de trabalho, determinada massa de tempo de trabalho solidificado. São apenas a materialização de uma hora, de duas horas, de um dia de trabalho social.

Que o trabalho seja precisamente trabalho de fiar, seu material, o algodão, e seu produto, o fio, interessa aqui tão pouco quanto o objeto do trabalho ser, por sua vez, já produto, portanto, matéria-prima. Se o trabalhador, em vez de fiar, estivesse ocupado numa mina de carvão, o objeto de trabalho, o carvão, seria preexistente por natureza. Apesar disso, determinado *quantum* de carvão arrancado da rocha, um quintal por exemplo, representaria determinado *quantum* de trabalho absorvido.

Ao tratar da venda da força de trabalho, foi suposto que seu valor diário seja igual a três xelins e que nestes últimos estão incorporadas seis horas de trabalho, sendo, portanto, exigido esse *quantum* de trabalho para produzir a soma média dos meios diários de subsistência do trabalhador. Se nosso tecelão, durante uma hora de trabalho, transforma 1, 2/3 libra de algodão em 1, 2/3 libra de fio¹⁵, então transformará em seis horas, dez libras de algodão em dez libras de fio. Durante o processo da fiação, o algodão absorve, portanto, seis horas de trabalho. O mesmo tempo de trabalho representa-se num *quantum* de ouro de três xelins. Mediante a própria fiação, acrescentem-se, pois, ao algodão um valor de três xelins.

Vejamos agora o valor total do produto, das dez libras de fio. Nelas se objetivam dois dias e meio de trabalho, sendo dois dias contidos no algodão e na massa de fusos, meio dia absorvido durante o processo da fiação. O mesmo tempo de trabalho representa-se numa massa de ouro de quinze xelins. O preço adequado ao valor das dez libras de fio é, portanto, quinze xelins, o preço de uma libra de fio, um xelim e seis *pence*.

¹⁵ Esses números são totalmente arbitrários.

10 - 15

10 - 15
10 - 15

Nosso capitalista fica perplexo. O valor do produto é igual ao valor do capital adiantado. O valor adiantado não se valorizou, não produziu mais-valia, o dinheiro se transformou pois em capital. O preço das dez libras de fio é quinze xelins, e quinze xelins foram despendidos no mercado pelos elementos constitutivos do produto, ou, o que é o mesmo, para os fatores do processo de trabalho: dez xelins para o algodão, dois xelins para a massa de fusos consumida e três xelins para a força de trabalho. O valor inchado do fio em nada ajuda, pois seu valor é apenas a soma dos valores que antes se distribuíram entre algodão, fuso e força de trabalho, e de tal adição simples de valores preexistentes não pode agora e jamais surgir uma mais-valia.¹⁶ Esses valores estão concentrados agora numa só coisa, mas já o estavam na soma de dinheiro de quinze xelins antes que esta se fragmentasse por meio de três compras de mercadorias.

Em si para si, esse resultado não tem nada de estranho. O valor de uma libra de é um xelim e seis *pence* e, por dez libras de fio, nosso capitalista teria de pagar no mercado, portanto, quinze xelins. Tanto faz que compre no mercado sua casa particular já pronta, ou que a mande construir, nenhuma dessas operações aumentará o dinheiro gasto na aquisição da casa.

O capitalista, familiarizado com a economia vulgar, dirá talvez que adiantou seu dinheiro com a intenção de, com isso, fazer mais dinheiro. Mas, o caminho ao inferno está calçado de boas

¹⁶ Essa é a proposição fundamental em que se baseia a doutrina fisiocrática da improdutividade de todo trabalho não agrícola, e ela é irrefutável para o economista - de profissão. "Essa maneira de imputar a um único objeto os valores de vários outros" (por exemplo, ao linho a subsistência do tecelão), "de acumular, por assim dizer, diversos valores em camadas sobre um único, faz com que este cresça na mesma proporção. (...) A palavra adição designa muito bem o modo como se forma o preço das manufaturas; esse preço é apenas a soma total de vários valores consumidos e adicionados; mas adicionar não é multiplicar." (REVIÈRE, Mercier de la. *Op. cit.*, p. 599.)

intenções e ele poderia, do mesmo modo, ter a intenção de fazer dinheiro sem produzir nada.¹⁷ Ameaça. Não o apanharão de novo. Futuramente, comprará a mercadoria pronta no mercado em vez de fabricá-la. Mas se todos os seus irmãos capitalistas fizerem o mesmo, onde deverá ele encontrar mercadorias prontas? E dinheiro ele não pode comer. Ele faz um sermão. Deve-se levar em consideração sua abstinência. Poderia esbanjar seus quinze xelins. Em lugar disso, os consumiu produtivamente e os transformou em fio. Mas, graças a isso, ele tem fio em vez de remorsos. Ele não deve, de modo algum, recair no papel do entesourador que já nos mostrou o que se obtém do acetismo. Além disso, onde nada existe, o imperador perdeu seu direito. Qualquer que seja o mérito de sua renúncia, não existe nada para pagá-lo adicionalmente, uma vez que o valor do produto que resulta do processo é apenas igual à soma dos valores das mercadorias lançadas nele. Tem de consolar-se com a ideia de a virtude ser a recompensa da virtude. Mas, em vez disso, ele se toma importuno. O fio não lhe serve de nada. Ele produziu para a venda. Assim que ele o venda ou, melhor ainda, que produza no futuro apenas coisas para seu próprio uso, receita que seu médico da família, MacCulloch, já prescrevera como remédio comprovado contra a epidemia da superprodução. Ele se torna teimoso. Deveria o trabalhador, com seus próprios membros, criar no éter figurações de trabalho, produzir mercadorias? Não lhe deu ele a matéria, com a qual e na qual pode dar corpo a seu trabalho? Sendo a maior parte da sociedade constituída dos que nada têm, não prestou ele um serviço inestimável à sociedade com seus meios de produção, seu algodão e seus fusos,

¹⁷ Assim, por exemplo, ele retirou, de 1844 a 1847, parte de seu capital do negócio produtivo para perdê-la na especulação com ações ferroviárias. Assim, ao tempo da Guerra de Secessão americana, fechou a fábrica e lançou o operário na rua, para jogar na Bolsa de algodão de Liverpool.

e também ao próprio trabalhador, ao qual forneceu ainda meios de subsistência? Não deve ele apresentar a conta por tal serviço? Mas, não lhe prestou o trabalhador, em contrapartida, o serviço de transformar algodão e fuso em fio? Além disso, não se trata aqui de serviços.¹⁸ Um serviço é nada mais que o efeito útil de um valor de uso, seja mercadoria, seja do trabalho.¹⁹ Mas aqui se trata do valor de troca. O capitalista pagou ao trabalhador o valor de três xelins. O trabalhador devolveu-lhe um equivalente exato, no valor de três xelins, acrescido ao algodão. Valor contra valor. Nosso amigo, até há pouco capitalisticamente arrogante, assume subitamente a atitude modesta de seu próprio trabalhador. Não trabalhou ele mesmo? Não executou o trabalho de vigilância e superintendência sobre o tecelão? Não cria valor também esse seu trabalho? Mas seu próprio *overlookers* [Fiscal] e seu gerente encolhem os ombros. Entrementes, já recobrou com um sorriso alegre sua fisionomia anterior. Ele troçou de nós com toda essa ladainha. Não daria um centavo por ela. Ele deixa esses e semelhantes subterfúgios e petas vazias aos professores da Economia

¹⁸ “Deixa que se exaltem, se adornem e se enfeitem. (...) Mas quem toma mais ou algo melhor” (do que dá) “pratica usura e não presta serviço, mas causa prejuízo a seu próximo, como se furtasse ou roubasse. Nem tudo que se chama de serviço e benefício ao próximo é serviço e benefício. Pois um adúltero e uma adúltera se prestam mutuamente grande serviço e prazer. Um cavaleiro presta grande serviço ao incendiário e assassino, ajudando-o a roubar nas estradas, a fazer guerra a terras e gentes. Os papistas prestam aos nossos grande serviço, ao não afogarem, queimarem, assassinares ou fazerem apodrecer a todos nas prisões, mas deixam alguns viverem, desterrando-os ou despojando-os de seus haveres. O próprio diabo presta a seus servidores grande e inestimável serviço (...) Em resumo, o mundo está cheio de grandes e excelentes serviços e benefícios diários.” (LUTHER, Martin. *An die Pfarrhem, wider den Wucher zu Predigen etc.* Wittenberg, 1540.)

¹⁹ Em *Zur Kritik der Pol. Oek.*, p. 14, observo sobre isso, entre outras coisas: “Compreende-se qual ‘serviço’ a categoria ‘serviço’ (*service*) deve prestar a uma espécie de economistas como J.B. Say e F. Bastiat”.

Política, expressamente pagos para isso. Ele mesmo é um homem prático que nem sempre pensa no que diz fora do negócio, mas sempre sabe o que faz dentro dele.

Examinemos a coisa mais de perto. O valor de um dia da força de trabalho importava em três xelins, porque nela mesma está objetivada meia jornada de trabalho, isto é, porque os meios de subsistência necessários para produzir diariamente a força de trabalho custam meia jornada de trabalho. Mas o trabalho passado que a força de trabalho contém, e o trabalho vivo que ela pode prestar, seus custos diários de manutenção e seu dispêndio diário, são duas grandezas inteiramente diferentes. A primeira determina seu valor de troca, a outra forma seu valor de uso. O fato de que meia jornada seja necessária para mantê-lo vivo durante vinte e quatro horas não impede o trabalhador, de modo algum, de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. Essa diferença de valor o capitalista tinha em vista quando comprou a força de trabalho. Sua propriedade útil, de poder fazer fio ou botas, era apenas uma *conditio sine qua non* [condição indispensável], pois o trabalho para criar valor tem de ser despendido em forma útil. Mas o decisivo foi o valor de uso específico dessa mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor do que ela mesma tem. Esse é o serviço específico que o capitalista dela espera. E ele procede, no caso, segundo as leis eternas do intercâmbio de mercadorias. Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um sem desfazer-se do outro. O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco ao seu vendedor, quanto o valor de uso do óleo vendido [pertence] ao comerciante que o vendeu. O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada.

Mais-
valia
*

A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro e, por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor.

Nosso capitalista previu o caso que o faz sorrir. O trabalhador encontra, por isso, na oficina, os meios de produção necessários não para um processo de trabalho de seis horas, mas de doze. Se dez libras de algodão absorviam seis horas de trabalho e transformavam-se em dez libras de fio, então vinte libras de algodão absorverão doze horas de trabalho e se transformarão em vinte libras de fio. Consideremos o produto do processo prolongado de trabalho. Nas vinte libras de fio estão objetivadas agora cinco jornadas de trabalho: quatro na massa consumida de algodão e fusos, uma absorvida pelo algodão durante o processo de fiação. Mas a expressão em ouro de cinco jornadas de trabalho é trinta xelins ou uma libra esterlina e dez xelins. Esse é, portanto, o preço das vinte libras de fio. Uma libra de fio custa, depois como antes, um xelim e seis *pence*. Mas a soma dos valores das mercadorias lançadas no processo importou em vinte e sete xelins. O valor do fio é de trinta xelins. O valor do produto ultrapassou de 1/9 o valor adiantado para sua produção. Dessa maneira, transformaram-se vinte e sete xelins em trinta. Deram uma mais-valia de três xelins. Finalmente, a artimanha deu certo. Dinheiro se transformou em capital.

Todas as condições do problema foram resolvidas e, de modo algum, as leis do intercâmbio de mercadorias foram violadas. Trocou-se equivalente por equivalente. O capitalista pagou, como comprador, toda a mercadoria por seu valor, algodão, massa de fusos, força de trabalho. Depois, fez o que faz qualquer outro comprador de mercadorias. Consumiu seu valor de uso. Do processo de consumo da força de trabalho, ao mesmo tempo processo

de produção da mercadoria, resultou um produto de vinte libras de fio com um valor de trinta xelins. O capitalista volta agora ao mercado e vende mercadoria, depois de ter comprado mercadoria. Vende a libra de fio por um xelim e seis *pence*, nenhum centavo acima ou abaixo de seu valor. E, não obstante, tira da circulação três xelins mais do que nela lançou. Todo esse seguimento, a transformação de seu dinheiro em capital, se opera na esfera da circulação e não se opera nela. Por intermédio da circulação, por ser condicionado pela compra da força de trabalho no mercado. Fora da circulação, pois ela apenas introduz o processo de valorização, que ocorre na esfera da produção. E assim é *tout pour le mieux dans le meilleur des mondes possibles* [tudo pelo melhor no melhor dos mundos possíveis].

O capitalista, ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores do processo de trabalho, ao incorporar força de trabalho viva à sua objetividade morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto, em capital, em valor que se valoriza a si mesmo, um monstro animado que começa a “trabalhar” como se tivesse amor no corpo.

Se compararmos o processo de formação de valor com o processo de valorização, vemos que o processo de valorização não é nada mais que um processo de formação de valor prolongado além de certo ponto. Se este apenas dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, então é um processo simples de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, torna-se processo de valorização.

Se compararmos, além disso, o processo de formação de valor com o processo de trabalho, vemos que este consiste no trabalho útil que produz valores de uso. O movimento é considerado aqui qualitativamente, em seu modo e maneira particular, segundo seu objetivo e conteúdo. O mesmo processo de trabalho apresenta-se

no processo de formação de valor somente em seu aspecto quantitativo. Trata-se aqui apenas do tempo que o trabalho precisa para sua operação ou da duração na qual a força de trabalho é despendida de forma útil. Também as mercadorias que entram no processo de trabalho aqui já não valem como fatores materiais, determinados funcionalmente, da força de trabalho atuando orientadamente para um fim. Apenas contam com determinadas quantidades de trabalho objetivado. O trabalho, seja contido nos meios de produção, seja acrescido a eles pela força de trabalho, somente conta por sua duração. Representa tantas horas, dias etc.

Mas conta somente, na medida em que o tempo gasto na produção do valor de uso é socialmente necessário. Isso envolve vários fatores. A força de trabalho tem de funcionar em condições normais. Se a máquina de fiar é o instrumento de trabalho socialmente dominante para a fição, então não se deve pôr uma roda de fiar nas mãos do trabalhador. Ele não deve receber, em vez de algodão de qualidade normal, um refugo que rasga a todo instante. Em ambos os casos, ele precisaria de mais do que o tempo socialmente necessário para a produção de uma libra de fio, mas esse tempo excedente não geraria valor em dinheiro. O caráter normal dos fatores materiais de trabalho não depende, porém, do trabalhador, mas do capitalista. Outra condição é o caráter normal da própria força de trabalho. No ramo que se aplica deve possuir o grau médio de habilidade, destreza e rapidez. Mas nosso capitalista comprou no mercado força de trabalho de qualidade normal. Essa força tem de ser despendida no grau médio habitual de esforço, com o grau de intensidade socialmente usual. Sobre isso o capitalista exerce vigilância com o mesmo temor que manifesta de que nenhum tempo seja desperdiçado, sem trabalho. Comprou a força de trabalho por prazo determinado. Insiste em ter o que é seu. Não quer ser roubado. Finalmente – e para isso tem ele seu próprio *code pénal* [Código

Penal] – não deve ocorrer nenhum consumo desnecessário de matéria-prima e meios de trabalho, porque material e meios de trabalho desperdiçados representam quantidades despendidas em excesso de trabalho objetivado, que, portanto, não contam nem entram no produto da formação de valor.²⁰

²⁰ Essa é uma das circunstâncias que encarecem a produção baseada na escravidão. O trabalhador aí, segundo a expressão acertada dos antigos, apenas se distingue do animal, como *instrumentum semivocale* [instrumento semivocal], e dos instrumentos de trabalhos mortos, como *instrumentum mutum* [instrumento mudo], por ser *instrumentum vocale* [instrumento vocal]. Mas ele mesmo faz o animal e os instrumentos de trabalho sentirem que não é seu igual, mas um homem. Ele proporciona a si mesmo a autoconsciência de ser diferente deles ao maltratá-los e destruí-los *con amore*. Vale, por isso, nesse modo de produção, como princípio econômico, apenas empregar os instrumentos de trabalho mais toscos, mais pesados, porém exatamente devido à sua canhestra rusticidade difíceis de serem estragados. Até a eclosão da Guerra de Secessão, encontravam-se, por isso, nos Estados escravocratas sobre o golfo do México, arados construídos como os dos antigos chineses, que fuçavam a terra como um porco ou uma toupeira, sem fendê-la nem revirá-la. Ver CAIRNES, J. E. *The Slave Power*. Londres, 1862. p. 46 seguintes. Em seu *Seaboard Slave States* [pp. 46-47], conta Olmsted, entre outras coisas: “Mostraram-me aqui instrumentos que, entre nós, nenhuma pessoa razoável importaria a seu trabalhador, a quem pagasse salário. Seu peso extraordinário e sua rusticidade tornam o trabalho executado com ele, na minha opinião, pelo menos, 10% mais difícil do que seria com os instrumentos que nós geralmente usamos. Como me asseguraram, porém, o modo negligente e inepto com que os escravos aparentemente os manejam, não permite confiar-lhes, com bom resultado, instrumentos mais leves ou menos toscos; instrumentos como os que nós confiamos aos nossos trabalhadores, e aliás com um bom lucro para nós, não durariam um dia num campo de cereais da Virgínia – embora a terra seja mais leve e menos pedregosa que a nossa. Do mesmo modo, quando perguntei por que nas fazendas se usavam geralmente mulas em vez de cavalos, me apresentaram como razão primordial e decisiva a de que os cavalos não suportam o tratamento que contínua e inevitavelmente recebem dos negros. Os cavalos, em pouco tempo, são inutilizados e aleijados de tanto apanhar, enquanto as mulas aguentam as bordoadas e a falta ocasional de uma ou duas rações, sem prejuízo físico. Não se resfriam, nem adoecem por descuido ou excesso de trabalho. Mas não preciso ir além da janela do quarto em que estou escrevendo para ver, quase a qualquer hora, o gado ser tratado de modo que levaria qualquer *farmer* [agricultor] do Norte a despedir imediatamente o vaqueiro”.

trabalho
produção

Vejamos: a diferença obtida anteriormente da análise da mercadoria, entre o trabalho enquanto criador de valor de uso e o mesmo trabalho enquanto criador de valor, apresenta-se agora como diferenciação dos diferentes aspectos do processo de produção.

Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade de processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias.

Observamos anteriormente que para o processo de valorização é totalmente indiferente se o trabalho apropriado pelo capitalista é trabalho simples, trabalho social médio ou trabalho mais complexo, trabalho de peso específico superior. O trabalho que vale como trabalho superior, mais complexo em face do trabalho social médio, é a exteriorização de uma força de trabalho na qual entram custos mais altos de formação, cuja produção custa mais tempo de trabalho e que, por isso, tem valor mais elevado que a força de trabalho simples. Se o valor dessa força é superior, ela se exterioriza, por conseguinte, em trabalho superior e se objetiva nos mesmos períodos de tempo, em valores proporcionalmente mais altos. Qualquer que seja, porém, a diferença de grau entre o trabalho do tecelão e o do joalheiro, a porção de trabalho com que o joalheiro apenas repõe o valor de sua própria força de trabalho não se distingue qualitativamente, de modo algum, da porção de trabalho adicional, com que gera mais-valia. Depois como antes, a mais-valia resulta somente de um excesso quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho, que é, em um caso, o processo da produção de fios; em outro, o processo da produção de joias.²¹

²¹ A diferença entre trabalho superior e trabalho simples, *skilled e unskilled labour*, baseia-se, em parte, em meras ilustrações, ou pelo menos diferenças que há muito tempo cessaram de ser reais e só perduram em convenções

Por outro lado, em todo processo de formação de valor, o trabalho superior sempre tem de ser reduzido a trabalho social médio, por exemplo, uma jornada de trabalho superior a x jornadas de trabalho simples.²² Evita-se, portanto, uma operação supérflua e simplifica-se a análise, por meio da suposição de que o trabalhador empregado pelo capital executa trabalho social médio simples.

tradicional; em parte, baseia-se na situação desamparada de certas camadas da classe trabalhadora, situação que lhes permite menos que as outras exercer pressão para obterem o valor de sua força de trabalho. Circunstâncias acidentais desempenham no caso um papel tão importante que os tipos de trabalho invertem suas posições. Onde, por exemplo, a substância física da classe trabalhadora está enfraquecida e relativamente esgotada, como em todos os países de produção capitalista desenvolvida, os trabalhos em geral brutais, que exigem muita força muscular, se tornam geralmente superiores em confronto com trabalhos muito mais delicados, que descendem ao nível de trabalho simples, como, por exemplo, na Inglaterra, o trabalho de um *bricklayer* [pedreiro] ocupa um nível muito mais alto que o de um tecedor de damasco. Por outro lado, o trabalho de um *fustian cutter* [tosador de veludo] figura como trabalho "simples", embora exija muito esforço físico e faça, além disso, muito mal à saúde. De resto, ninguém deve se iludir que o chamado *skilled labour* represente uma proporção quantitativamente significativa do trabalho nacional. Laing calcula que na Inglaterra (e País de Gales) a existência de mais de onze milhões baseia-se em trabalho simples. Depois de descontar um milhão de aristocratas e um milhão e quinhentos mil mendigos, vagabundos, criminosos, prostitutas etc. da população de dezoito milhões que existia ao publicar-se sua obra, ficam quatro milhões e seiscientos e cinquenta mil para a classe média, inclusive pequenos rentistas, funcionários, escritores, artistas, professores etc. Para chegar a esses quatro milhões e seiscientos e cinquenta mil, ele inclui na parte trabalhadora da classe média, além de banqueiros etc, todos os "trabalhadores de fábrica" mais bem remunerados! Também os *bricklayers* não faltam nessa categoria de "trabalhadores potenciados". Restam-lhe então os referidos onze milhões. (LAING, S. *National distress etc.* Londres, 1844, [pp. 49-52 passim.]) "A grande classe que, em troca de alimento, nada mais pode dar que trabalho comum, é a grande maioria do povo." (MILL, James. No artigo "Colony". In: *Supplement to the Encyclop. Brit.* 1831.)

²² "Quando se fala de trabalho como padrão do valor, subentende-se necessariamente determinada espécie de trabalho (...) a proporção em que as outras espécies de trabalho estão em relação a ela é fácil de averiguar". (CAZENOVÉ, J. *Outlines of Polit. Economy.* Londres, 1832. pp. 22-23.)

SALÁRIO, PREÇO E LUCRO²³

VI

VALOR E TRABALHO

Cidadãos! Cheguei ao ponto em que devo necessariamente entrar no verdadeiro desenvolvimento do tema. Não posso assegurar que o faça de maneira muito satisfatória, pois isso me obrigaria a percorrer todo o campo da economia política.

Apenas posso, como diria o francês, *effleurer la question* [tocar de leve na questão], tocar os pontos principais.

A primeira pergunta que temos de fazer é esta: o que é o valor de uma mercadoria? Como se determina esse valor?

À primeira vista, parecerá que o valor de uma mercadoria é algo completamente relativo, que não se pode determinar sem considerar uma mercadoria em relação a todas as outras merca-

²³ Informe pronunciado por Marx nos dias 20 e 27 de junho de 1865 nas sessões do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores. Publicado pela primeira vez em folheto à parte, em Londres (1898), com o título de Valor, Preço e Lucro. Publica-se de acordo com a edição soviética de 1950, em inglês, cujo texto é o da edição inglesa de 1893, cotejado com as anotações manuscritas de Marx. Para efeito desta publicação, houve a supressão dos capítulos de I a IV.

**"O mundo que fotografo é o do trabalho
e o dos trabalhadores" (Sebastião Salgado)**

Os trabalhadores produzem riqueza, aumentam a produção de bens, mas não podem consumi-los. Desenvolvem novas riquezas, mas são relegados à formação de um exército de reserva ou vivem as mazelas do trabalho precário. Mas, somente os trabalhadores serão capazes de "criar um mundo novo, revelar a nova vida, recordar que existe um limite, uma fronteira para tudo, menos para o sonho humano. Moldar com as mãos o mundo, revelar com os olhos a vida, recordar nos sonhos aquilo que virá."



"A produção do aço é o núcleo de todo o sistema industrial. (...) constitui o esqueleto da construção moderna, dos transportes e da maior parte de outras indústrias; sem ele as economias nacionais se arruinam e entram em colapso.

"A cidade de Zaporozhie cresceu ao longo das margens do rio Dnieper, na Ucrânia. (...) é uma cidade fabril, povoada de metalúrgicos, engenheiros, maquinistas e altos-fornos e fábricas em que trabalham milhares de pessoas. Uma das indústrias pioneiras foi a fábrica de chapas de aço Indústrias Metalúrgicas de Zaporozhie, inaugurada em 1933. (...) Emprega mais de 25 mil trabalhadores. "Trabalhador na seção das fornalhas da unidade de sinterização. Zaporozhie, Ucrânia, 1987. (TRABALHADORES. Companhia das Letras, São Paulo, 1996)
Crédito: Sebastião Salgado / Amazonas Images.

ISBN 85-87394-47-9



9 788587 139447